

Biblioteca Nacional de Portugal
– *Catálogo na Publicação*

VAQUINHAS, Nelson, 1974-

Mesa da Consciência e ordens militares : o sistema
de informação (século XVIII). – 1ª ed. – (Extra-coleção)
ISBN 978-989-689-930-1

CDU 930

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto
UIDB/00057/2020

Título: Mesa da Consciência e Ordens Militares.
O Sistema de Informação (Século XVIII)

Autor: Nelson Vaquinhas

Editor: Fernando Mão de Ferro

Capa: Raquel Ferreira

Depósito legal n.º 464 250/19

Lisboa, Novembro de 2021

O PASSADO DESTE LIVRO E OS SEUS PORQUÊS

Os livros são um pouco como as pessoas: têm um passado, uma história. A de este é já longa e nós fomos testemunhas diretas e privilegiadas da sua produção.

O texto, que desaguou nos prelos tipográficos, resultou de muitas horas, meses e anos de laborioso trabalho de arquivo. Foi desenvolvido para uma tese de doutoramento, no âmbito do Doutoramento em Ciências da Informação e da Documentação da Universidade de Évora, que depois de algumas alterações se transformou em livro.

A investigação, que o escora, foi feita, ora com um enfoque macro, para reconstituir as estruturas, as articulações e as inter-relações, ora com uma lente micro, à cata de pequenas marcas da tramitação processual e dos fluxos de Informação, sem esquecer outras escalas em torno de secções e séries concretas. Todo o investimento microanalítico implicou um esforço constante para manter os elos com o conjunto, identificando as partes e as interações entre si, de modo a fazer emergir o todo. Pelo meio ficaram muitos debates, muitas hipóteses testadas, muitos cenários esboçados a partir do cálculo probabilístico, da comparação com o *Consejo de Órdenes* castelhano, mas nem sempre validados. Uma vez sim e outras não. Tudo isto envolveu a consulta de muitos maços, processos e livros, numa labuta quotidiana em arquivos e bibliotecas patrimoniais. Ao mesmo tempo, exigiu muita leitura sobre o saber disponível neste campo e sobre a metodologia e os quadros teóricos disponíveis, de modo a poder confrontar e validar externamente a investigação em curso.

O produto final cruza valências de proveniência diversa, em especial da História Institucional, da Arquivística e da Diplomática, num profícuo diálogo interdisciplinar. Tudo foi articulado por princípios de análise sistémica, devedores dos estudos seminais de Ludwig von Bertalanffy, bem como da sua aplicação aos sistemas de informação, no âmbito da ciência da informação, de que o livro *Information tasks: toward a user-centered approach to information systems* (1996), de Bryce Allen, é uma referência.

Pelo olhar atento do autor, é o quadro humano / institucional da Mesa da Consciência e Ordens, que emerge com a reconstituição e a estruturação possíveis de identificar, os contextos e as interações estabelecidas entre as instituições e, sobretudo, os indivíduos, que nelas representavam papéis distintos. Através de um estudo orgânico-funcional, identificam-se os seus

órgãos, a estrutura de cargos e as respetivas competências (Parte I). Depois, em jeito de ensaio e a título de exemplo, são revelados alguns fluxos de informação: as habilitações para a obtenção de hábitos, a nomeação de comissários e escrivães, os provimentos de oficiais e os provimentos em igrejas e benefícios (Parte II). Aqui a descrição foi intencional e teve em vista apresentar as variantes que esses fluxos podiam assumir. Por último, da relação entre o todo e as partes, emergem o sistema de informação da Mesa da Consciência e os subsistemas de informação, os modos de localizar e recuperar a informação, designadamente através de índices, organizados temática e alfabeticamente, inventários e catálogos (Parte III).

Trabalhar com as Ordens Militares não é fácil, pela complexidade e amplitude de realidades abarcadas. Estas vão desde a vida conventual ao provimento de benefícios eclesiásticos e aos colégios destas instituições na Universidade de Coimbra, sem esquecer as questões de hierarquia social implicadas nos cavaleiros e na atribuição de hábitos e comendas. Tudo isto sem esquecer a gestão do vasto património destas instituições edificado ao longo do tempo. Em resumo, uma verdadeira panóplia temática. Estudar estes meios implica dominar vocabulários, bibliografia e debates académicos específicos.

Ao retermos o produto final desta investigação, só podemos considerar que foi um trabalho audaz. Com efeito, quem se interesse pelo legado documental das Ordens Militares sabe que deixaram nos atuais arquivos históricos fundos documentais muito grandes, assaz dispersos, mas também muito fragmentados, sem muitas séries compactas. Neste último campo, o que há a ressalvar é pouco: as chancelarias de qualquer das Ordens, alguma documentação conventual e, com uma dose de boa vontade, algumas séries da Secretaria da Ordem de Avis, na Mesa da Consciência. O que sobreviveu traduzido em metros lineares é muito, mas perdeu-se muitíssimo mais. Tenha-se em linha de conta que, na qualidade de Ordens Militares, são instituições que datam – ou têm raízes – do século XII e chegaram ao século XIX; que se estenderam, de forma descontínua, por todo o território, do Minho ao Algarve, de zonas do litoral ao interior e que o padroado da Ordem de Cristo tocou em todo o Império colonial português ou, ainda, que esta Ordem teve algumas comendas em recursos atlânticos, fora do reino. Como se isto não bastasse, a tutela destes institutos ainda foi agregada à Coroa (1551). A partir daí, a gestão da maioria dos assuntos passou a depender da Mesa da Consciência e as comendas da Mesa Mestral ficaram sob a alçada do Conselho da Fazenda, desde 1591, tal como acontecia em Castela. Por fim, as Ordens Militares mantiveram ao longo do tempo a sua subordinação ao Papado, mesmo depois de 1551 e da reforma mariana de 1789. Deste modo, o emaranhado institucional a envolver estas instituições era uma teia muito complexa; observá-la e traçar hierarquias e itinerários de

tramitação documental era fundamental. Efetivamente, quando se observam estes universos pela lupa da disciplina arquivística, é muito pela arquitetura macro-institucional que se desenham e tecem pistas e sentidos.

Para agravar o quadro, a Mesa da Consciência tem sido pouco estudada, não obstante o inventário de larga parte da sua documentação preservada na Torre do Tombo, publicado em 1997. Há bons contributos, mas cronologicamente circunscritos.

No início do século XVIII, o arquivo da Mesa da Consciência e Ordens devia ser verdadeiramente caótico. O deputado Lázaro Leitão Aranha muito se esforçou por inventariá-lo, tentando remediar as dificuldades sentidas na época para localizar fosse o que fosse. Acresce que, quando esta instituição foi extinta, parte das suas competências passaram para outra ainda mais confusa, pela diversidade de assuntos que abarcava: a Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, em 1892 transformada em ministério. Alguma massa documental transitou também para esta instituição oitocentista e, a que não se perdeu, permaneceu neste fundo muito grande e ainda mal conhecido, tanto pelos arquivistas, como pelos historiadores.

Para além destas tramitações, alguma documentação sofreu vicissitudes várias e processos de incorporação parcelares e indiretos, no século XIX e que se arrastaram até ao XX. Esta história custodial atribulada marcou inevitavelmente o que hoje é consultável nos arquivos.

Eis assim o quadro de partida desta investigação: um verdadeiro dédalo a desbravar. Por isso, o esforço de reconstituição do Doutor Nelson Vaquinhas foi ciclópico e às vezes teve de se circunscrever a trabalhar com amostras, que nem sempre foram fáceis de definir.

Para tornar exequível a tarefa, foi definida uma janela de observação no século XVIII. Havia, aliás, toda a vantagem em fazê-lo até porque o trabalho do escrivão Manuel Coelho Veloso (BNP, Cód. 10887, datado de 1732) e os inventários de Lázaro Leitão Aranha (1678-1767), deputado da Mesa da Consciência (1716-1739), permitiam um bom ponto de referência. Essa decisão não impediu que se avançasse e recuasse no tempo, sempre que foi considerado oportuno para tornar inteligível o trabalho efetuado. A própria noção de série convoca em si mesma uma espessura temporal retrospectiva.

Face ao que foi descrito, depois de apresentada a instituição, tornou-se imperativo abrir o trabalho com a história custodial dos materiais envolvidos. Acresce que se são facilmente justificáveis as perdas até 1755, eram deveras intrigantes as posteriores. Com efeito, a Mesa da Consciência perdeu muita da documentação da segunda metade do século XVIII e este livro traz novos dados sobre o conjunto documental desta fase.

Se a Parte II, encarada como espaço de amostragem, foi aquela que exigiu mais tempo de preparação, a Parte III é de longe a mais interessante, apesar de ter sido escrita a contra-relógio. Aquí, o resultado foi possível

devido ao trabalho demorado e minucioso levado a cabo na leitura e na interpretação de cada processo, de cada documento, recuperando-se muitas vezes a informação em pequenos trechos ou expressões textuais registados pela tinta dos distintos escrivães e aprendizes do cartório. Destaca-se a organização e a representação da informação arquivística em contexto, cuja função cabia ao escrivão do arquivo da Mesa da Consciência e Ordens, a sua utilidade social e eficácia administrativa, bem como o seu valor em termos de memória. Importava por isso preservá-la em lugar distante dos olhares comuns, de modo a garantir a sua confidencialidade.

Este não será um trabalho definitivo sobre o sistema de informação das Ordens Militares, mas é certamente um esforço importante para desenhar investidas mais específicas, uma vez evidenciado agora o caminho.

Pelo exposto, este é um estudo singular, rigoroso e de qualidade, desenvolvido em contexto académico, fundamentalmente alicerçado na investigação documental e no método comparativo, que mereceu os elogios do júri, quando da sua defesa, e, sobretudo, a recomendação da sua publicação. No entanto, é também um estudo acessível a um público mais vasto, que se interesse pelo estudo das ordens militares, ou tão simplesmente por aumentar o seu conhecimento sobre a temática, e exemplar no percurso a seguir, por arquivistas e não arquivistas, que se dediquem ao estudo dos sistemas de informação pretéritos.

Sendo este estudo ora colocado em livro, e sendo os livros um pouco como as pessoas, este não é diferente. Regista as qualidades científicas e profissionais do seu autor, já demonstradas na sua dissertação de mestrado, publicada com o título, *Da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve: 1700-1750*.

Desta vez a investida foi feita sobre um universo policentrado e mais complexo, pois desde logo era muito menos organizado. Cabe agora ao público leitor a palavra sobre o resultado.

Fica, assim, o convite para a leitura deste livro que é o resultado do pensamento dialógico do historiador e do cientista da informação, também atento aos contributos da Diplomática.

Fernanda Olival

(Universidade de Évora; CIDEHUS)

Carlos Guardado da Silva

(Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras; Centro de Estudos Clássicos)